

O factor Turquia no «não» ao Tratado Constitucional Europeu

por José Pedro Teixeira Fernandes

Artigo publicado no jornal *Público*, 17 de Junho (2005), pag. 7

Nos últimos dias divergentes interpretações têm sido efectuadas por responsáveis políticos, nacionais e europeus, sobre as razões dos resultados negativos dos referendos de 29 de Maio (França) e 1 de Junho (Holanda), às quais se juntaram as interpretações mais ou menos sustentadas, ou meramente especulativas, de inúmeros analistas e comentadores. Naturalmente que é difícil explicar com isenção e rigor as razões destas duas coligações negativas que recusaram ao Tratado Constitucional Europeu, não só porque se tornou evidente pelas sondagens e inquéritos de opinião, que as razões dos eleitores franceses não são propriamente as mesmas dos eleitores holandeses, como pela grande heterogeneidade das motivações que alimentaram a dinâmica vitoriosa do «não», em ambos os países, e que até originaram insólitas coligações entre forças da esquerda e da direita do espectro político, as quais se opõem em (quase) tudo. O que parece ter-se tornado bastante evidente, é que uma grande parte das motivações que basearam a recusa do tratado pelos eleitores vai para além do texto em si mesmo, tendo a ver com razões de política interna, como o descontentamento face aos governos nacionais, ou com questões europeias que não estão directamente relacionadas com o texto do Tratado, como, por exemplo, a apreensão face às consequências dos alargamentos anteriores e futuros da UE, sendo o caso mais evidente o da adesão da Turquia.

Para compreendermos a importância do factor Turquia no «não» francês e holandês, vale a pena voltar a finais de 2004, na altura do Conselho Europeu de 16 e 17 de Dezembro que

tomou a decisão de abrir as negociações de adesão com esse país, que se deverão iniciar a 3 de Outubro de 2005. Já na altura, o entusiasmo, pelo menos na aparência, das elites políticas europeias e da generalidade dos *opinion makers* dos media, contrastava, flagrantemente, com o cepticismo das opiniões públicas, especialmente nos países onde a Turquia não é uma simples abstracção longínqua, exótica e superficialmente conhecida, como em Portugal, mas uma realidade palpável e conhecida sobretudo pelos contactos históricos (Áustria, Polónia, França) e pela emigração (Alemanha, França, Holanda). Conforme foi evidenciado por diversas sondagens que foram publicadas em jornais franceses (Le Monde, Figaro) das quais houve eco um pouco por toda a imprensa europeia, existia uma clara rejeição da adesão da Turquia à UE em países como a França, a Alemanha, a Holanda, a Áustria e a Polónia, entre outros. Este era já um dado politicamente significativo e que deveria ter sido objecto de uma reflexão séria e profunda, ponderando todas as consequências dessa decisão. Mas não foi. Os líderes europeus optaram pelo caminho que parecia mais fácil. Preferiram esquecer a opinião pública europeia, aparentemente domesticável, ou, pelo menos, contornável, como dirão os mais cínicos, a enfrentar a fúria da Turquia e explicar-lhe abertamente que não havia condições para adesão. O arquétipo dessa «fuga para a frente» foi Jacques Chirac que, contra a opinião pública do seu país, e até do seu próprio partido, votou favoravelmente essa decisão (quando, nos anos 80, tinha defendido a não adesão de Portugal e Espanha, por considerar que não tinham condições de entrar nas Comunidades...). Animados por este consenso ilusório, e iludidos pela «claque de apoio» da opinião publicada, os líderes europeus acharam por bem fazer ainda o auto-elogio da sua decisão, afirmando que esta «ficaria na história» e que até era a melhor prova como não existia «conflito de civilizações» entre o Ocidente e o Islão (ingenuidade ou cinismo?). Que esta decisão vai ficar na história não parece haver muitas dúvidas, mas talvez não tanto pelas razões que estes pensavam e gostariam. Tudo indica que as gerações futuras vão olhar para ela como uma decisão política pouco sensata, e que, entre

outras consequências que ainda falta discernir, ajudou a traçar o fim do Tratado Constitucional Europeu, pelo menos na sua actual versão.

Por último, há mais uma nota curiosa em tudo isto, que vale a pena assinalar. O antigo Presidente da República francesa, Valéry Giscard d'Estaing, que presidiu aos trabalhos do Tratado Constitucional Europeu, afirmou, numa conhecida e polémica entrevista, que a adesão da Turquia podia levar a UE à sua destruição. A ironia é que o *feeling* de Valéry Giscard d'Estaing está a confirmar-se, embora não exactamente da forma que este previa: de facto, a perspectiva de adesão da Turquia está a ajudar a «destruir», não a UE (pelo menos para já...), mas a sua «criação», que foi o Tratado Constitucional Europeu.